

Quase enxergando “a luz do fim do túnel”

Com o apoio do “grupo de Economia do PMDB”, da Comissão Especial para a Dívida Externa do Senado e até do Fórum Informal de Empresários, entidade que reúne os principais sindicatos de empregadores da indústria, do comércio e da agricultura brasileiros, mas, carregando consigo o pesadíssimo fardo da total incerteza em que o País foi mergulhado após o parto do último monstro que nossos deputados constituintes deram à luz, o ministro Bresser Pereira parte para a negociação decisiva com nossos credores levando, pela primeira vez desde o advento desta desastrosa “Nova” República, uma posição mais ou menos lúcida do governo brasileiro.

O apoio oficial que recebeu do PMDB desta vez mostra que a arrogância juvenil ostentada pelo “maior partido do Ocidente” nos tempos de Fúaro não atravessou totalmente incólume o furacão por ela mesma criado. Os ecos da destruição que ele provocou e ainda está provocando no país real parece que estão começando a ser ouvidos e sentidos mesmo dentro dos isolados “bunkers” em que têm vivido os habitantes do país formal, com exceção da Constituinte. É um fato auspicioso...

Realisticamente, o ministro Bresser Pereira diz que espera negociações “longas e difíceis”, mas garante que, desta vez, “o Brasil vai respeitar os direitos dos bancos internacionais”. Admite, assim, que até agora o País não respeitou esses direitos, confirmando o caráter “dogmático” que o próprio setor do PMDB responsável por esta desastrosa moratória unilateral atribui à sua atitude. Removido este obstáculo, tudo se torna possível, já que se evita o pior, ou seja, que se ultrapasse o prazo estabelecido pela lei norte-americana para que os bancos credores do Brasil sejam obrigados a lançar em balanço as perdas sofridas com a moratória brasileira (no próximo dia 26), criando uma situação irreversível que implicaria mais um rebaixamento dos créditos brasileiros de consequências funestas para a nossa balança comercial e para o futuro do relacionamento do País com a comunidade financeira internacional.

O ministro fala em negociações difíceis. De fato, é o melhor que se pode esperar, dado o retrospecto desta “Nova” República em suas relações com a comunidade financeira internacional. Mas fala também em negociações longas. Se se refere à esperança de acordos “definitivos” e de longo prazo, tem razão. Essas negociações terão mesmo de ser longas, mesmo porque nada poderá ser feito antes que os próprios brasileiros saibam o que fará deles esta torturante Assembleia Nacional Constituinte. Resta esperar que não ponha este acordo “definitivo” ou de longo prazo como o único acordo desejável e possível, pois, neste caso, o País estaria perdido: já não resta nenhum “gás” em nossa economia para esperar primeiro o surgimento, nesta Constituinte, de um regime político mais ou menos definido do ponto de vista institucional, que seria a base mínima sobre a qual estruturar um acordo deste tipo.

Mas a julgar pelo que tem dito, o ministro está plenamente consciente disso. Ele confirma que não levará nenhuma posição impositiva e que a parte “criativa” de sua proposta, versando sobre a conversão de parte da dívida em investimentos com algum deságio, só será definida depois do seu retorno desta etapa de negociações (em 29 de outubro, pelo Conselho Monetário Nacional), e que, mesmo assim, esta proposta versará apenas sobre conversões voluntárias.

Para o momento, confirmando a atitude altamente responsável e até patriótica que tem assumido ultimamente, tudo que importa ao ministro é restabelecer um relacionamento normal do Brasil com a comunidade financeira internacional, o que significa suspender a moratória.

Segundo se informa nos principais centros financeiros internacionais, os bancos credores do Brasil estão dispostos — mesmo sem um aval prévio do FMI — a obter um acordo limitado e convencional de refinanciamento dos juros que o Brasil deixou de pagar do início da moratória até este mês, que montam a algo próximo dos 4 bilhões de dólares. Seria este o “dinheiro novo” que entraria no acordo sob a forma de uma operação contábil em que os bancos adiantam este dinheiro ao Brasil e este o devolve imediatamente aos credores “pagando” os juros atrasados e “engordando” o principal da dívida. Os juros de outubro em diante passariam a ser pagos normalmente, em função da suspensão da moratória. Os bancos estariam dispostos também a entrar num acordo sobre o refinanciamento do principal relativo a este ano de 87 e ao ano de 88 (por conta disto entra mais algum “dinheiro novo”) e talvez — aqui entra a negociação — também o relativo ao ano de 89. A negociação se dará, portanto, em torno de prazos e taxas de juros, que é onde o Brasil poderá conseguir algum avanço. Não tanto quanto o conseguido por outros países mais pragmáticos (como o México, que, sem romper as normas e mediante um acordo com o FMI, conseguiu um prazo de 20 anos com sete de carência), mas, segundo se adianta nos círculos financeiros internacionais, algo bastante melhor do que temos hoje (mais de 10 e menos de 15 anos), pagando um spread (taxa de risco) mais próximo do que vem sendo pago por países como México e Argentina, que é de 0,85% sobre a Libor (atualmente o Brasil está pagando aproximadamente o dobro disso). A condição para tudo isso é que a moratória seja suspensa, ainda que simbolicamente (com o pagamento contábil dos atrasados na forma que descrevemos acima), antes de 26 de setembro próximo, o prazo fatal da lei norte-americana.

Sob a pragmática orientação do ministro Bresser Pereira, o governo do presidente Sarney, ou melhor, o PMDB e suas diversas “alas”, parece ter-se convencido de que isso não é pouco e que também não é pouco, para um país na situação de penúria em que se encontra o Brasil, tudo que puder ser negociado (prazos e taxas) dentro deste espaço aparentemente reduzido. O custo desta moratória lhes ensinou tudo isso. Assim, podemos estar próximos de “ver a luz do fim do túnel”...

É preciso, no entanto, que não haja mais ilusões depois deste primeiro passo na direção certa que esperamos, para o bem do Brasil, que seja verdadeiramente dado. Se chegarmos mesmo a vislumbrar a luz no fim do túnel, haverá ainda um longo caminho pela frente. O mundo percebe, sim, as dificuldades em que se meteram os países que se endividaram excessivamente, é “sensível” a elas e tem-se esforçado para, dentro dos limites do possível e da realidade financeira internacional, regida pelas leis inexoráveis do mercado, encontrar formas de amenizar este sofrimento sem que isto implique, simplesmente, levar à falência os maiores bancos do sistema, mergulhando-o, todo, num processo caótico de liquidação em cadeia. Buscam-se novas formas de lidar com o problema porque está claro que a forma tradicional é insuficiente. Por isso já deixou de existir o antigo método de financiar países que criou este problema todo. Quem ainda não se convenceu de que o sistema de financiar o desenvolvimento com dinheiro emprestado a juros está definitivamente esgotado são os próprios países endividados, a começar pelo Brasil. Nosso governo vive denunciando a iniquidade do sistema financeiro internacional, mas tudo que reivindica é que ele mesmo continue financiando o nosso desenvolvimento, pelo método de sempre, só que sem cobrar nada por isso... Propostas como as de conversão de parte da dívida em investimentos de risco têm, sim, sentido, desde que se saiba avaliar com realismo o seu potencial. Apenas uma parte relativamente pequena da dívida já contraída pelo antigo sistema poderá ser liquidada por este processo e, mesmo assim, muito lentamente e desde que as condições oferecidas pelo país endividado sejam razoáveis e respeitem as leis do mercado e não arbitrárias e impositivas. E o processo será tanto mais rápido e eficiente quanto menos atravancados, por exigências bu-

rocráticas e por barreiras inspiradas em um nacionalismo retrógrado, forem os mecanismos de conversão oferecidos pelo país interessado.

Mas se este mecanismo pode fazer relativamente pouco pela dívida passada, pode fazer tudo pelo nosso desenvolvimento futuro. São os investimentos internacionais voluntários — que, embora “de risco”, procuram sempre o terreno que lhes oferecer o menor risco — que já estão financiando o desenvolvimento de todos os países do mundo, a começar pelos mais ricos, e que financiarão o nosso desenvolvimento daqui por diante. É isto ou conformar-se com a estagnação ou, na melhor das hipóteses, com um atraso crônico. Para se beneficiar deles, tudo que o Brasil tem a fazer é reduzir o risco que ele atualmente representa para os investidores internacionais e nacionais. E isto se faz — como lembrou bem o presidente Reagan na Assembleia Geral da ONU, citando o presidente Sarney — devolvendo aos brasileiros os direitos que este governo lhes tirou e de cujo exercício pleno o desenvolvimento é uma mera consequência automática.